

SINDSEF-SP

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

175

JAN-ABR 2018

FILIADO À



Só a **LUTA** muda a **VIDA!**

*Para barrar os ataques da direita,
precisamos de uma **REBELIÃO** no país!*

Págs. 02-03



EC 95/2016 DIFICULTA NEGOCIAÇÃO DA CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA:

*Greve dos servidores está na ordem do dia
na perspectiva da construção da Greve Geral*

Págs 04-05

SEMINÁRIOS

Seminário sobre Planos
de Saúde / Seminário
dos servidores do MTb

Pág. 06

GIRO NOS ÓRGÃOS

Ipen / Incra /
Aposentados e
Ex-LBA

Pág. 07

ATIVIDADES

2º Encontro Nacional do MML / 2018M -
Marcha das mulheres se espalham pelo
mundo / 21 de março - Dia Internacional
de Luta contra o Racismo

Pág. 08

www.sindsef-sp.org.br



11 3106-6402



Só a luta muda a vida!

Diante das fortes mobilizações que ocorreram em defesa da aposentadoria e da pressão sobre os deputados, com a palavra de ordem “se votar, não volta!”, o presidente Michel Temer foi obrigado a reconhecer que não possuía os votos necessários para aprovação da Reforma da Previdência e arquivar o projeto.

João Dória, prefeito de São Paulo, tentou emplacar a Reforma da Previdência no município, através do PL 621/2016 (SampaPrev), de autoria de Fernando Haddad (PT). Para aprovar o projeto, Dória usou os mesmos argumentos do governo federal: déficit da previdência e falência das contas públicas, e também foi para a TV com campanha publicitária, para tentar ganhar o apoio popular. Mas, foi derrotado exemplarmente pela força das gigantescas manifestações, iniciada pelos professores.

Certamente a derrota começou

após a Guarda Civil Metropolitana (GCM) e a Polícia Militar (PM) agredirem covardemente vários docentes com spray de pimenta, bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha, golpes de cassetetes e socos, chegando a fraturar o nariz de uma servidora, deixando inclusive manchas de sangue pelo local.

Mas, a truculência da GCM e da PM, comandadas, respectivamente, pelo prefeito João Dória e pelo governador Geraldo Alckmin, contra uma manifestação de professores, categoria composta majoritariamente por mulheres, não ficaria impune.



No dia seguinte, cerca de 80 mil pessoas ocuparam a frente da Câmara Municipal Paulista, para defender o direito à aposentadoria e lutar contra o aumento da contribuição previdenciária dos servidores, de 11% para 14%, além de uma alíquota adicional sobre os vencimentos, podendo o confisco nos salários chegar a 18%.

As manifestações continuaram crescendo. Até o projeto ser retirado da pauta, em 27 de março, foram 20

dias de uma greve forte, que chegou a paralisar cerca de 100% das escolas, e contou com a adesão e o apoio de outros setores.

Não teve “arrego”. 100 mil servidores municipais nas ruas derrotaram o SampaPrev e os vereadores da base aliada de Dória. Cientes de que não conseguiriam os votos necessários para aprovar o projeto, a base aliada do prefeito decidiu retirar o texto da pauta por um prazo de 120 dias.

Para barrar os ataques da direita, precisamos de uma REBELIÃO no país!

Já na esfera federal, para maquiara derrota na aprovação da Reforma da Previdência, o arquivamento da PEC 287/16 veio acompanhado do decreto de intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro. O crescimento da violência durante o carnaval foi usado como justificativa para tal iniciativa. Porém, um mês após a intervenção federal, não há nenhum sinal de recuo da violência que assola o estado.

Longe disso, foi com a presença das forças armadas nas ruas que ocorreu o bárbaro assassinato da ve-

readora do Psol, Marielle Franco, e do seu motorista, Anderson Gomes. Certamente a emboscada visava calar a vereadora. Os tiros foram direcionados à Marielle. Anderson morreu por estar no mesmo ângulo em que os disparos foram feitos. Esses dois homicídios não podem ser confundidos com a violência urbana que atinge o Rio de Janeiro, pois há fortes indícios de execução e crime político.

Marielle defendia veementemente os direitos dos explorados e oprimidos. Mulher negra e “cria” do complexo de favelas da Maré, dedicou

sua militância a combater o racismo, o machismo, a violência sexual, a LGBTfobia e demais formas de discriminação.

Será “coincidência” que escolherem matar uma ativista defensora de Direitos Humanos e crítica à violência que, dias antes de ser executada, havia denunciado a ação truculenta do Batalhão da Polícia Militar de Irajá na comunidade de Acari? Segundo informações do Instituto de Segurança Pública do Estado, desde 2011 esse batalhão é o que mais mata no Rio, tendo 567 mortes sob sua responsabilidade.



Expediente:

JORNAL DO SINDEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Boa Vista, 76 - 3º Andar - Centro - CEP 01014-000 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 3106-6402 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
Coordenou esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 5.000 Exemplos | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: LTJ Editora Gráfica



Outro fator relevante é que a vereadora tinha sido nomeada relatora da comissão da Câmara Municipal que deveria fiscalizar a intervenção militar, mas, infelizmente, não conseguiu cumprir sua missão... tentaram calar a voz que denunciava e exigia apuração dos abusos policiais cometidos nas comunidades, na grande maioria das vezes contra a juventude negra, mas fizeram sua voz ecoar no grito e no choro dos manifestantes indignados, espalhados no Brasil e no mundo.

A violência segue no Rio, como é o caso das duas chacinas que aconteceram recentemente, durante um fim de semana, em regiões distintas, e que resultaram na morte de 13 pessoas. Em Maricá, cinco jovens foram assassinados com tiros na cabeça e as investigações apontam para ações de milicianos que atuam na região. Em outro ponto, na Rocinha, oito pessoas morreram, durante uma operação da PM, em circunstâncias que sugerem vingança contra a comunidade, após a morte de um policial.

A intervenção federal é uma manobra política de Temer, onde o que menos importa é solucionar o problema de segurança. Não passa de uma política enganosa de combate à violência, quando, na verdade, gera mais crueldade e violações nos territórios empobrecidos e que sofrem com a ausência do Estado.

Este artifício também foi usado

no governo do PT. Esta é a 14ª Ocupação do Exército no Rio de Janeiro em 10 anos: 2 ocupações durante o Governo Lula, 8 com Dilma Rousseff e 4 com Michel Temer. Isso sem contar o uso da Força Nacional, criada em 2004, para salvar os prefeitos e governadores das greves e rebeliões operárias e populares que surgiam no país.

É inaceitável apostar em uma solução militar para resolver conflitos que estão ligados a falta de emprego, investimentos em educação e saúde, por exemplo. O decreto de Temer utiliza a presença das forças armadas para conter uma rebelião social que está prestes a explodir.

O mesmo mecanismo usado para reprimir uma possível rebelião no Haiti, quando o governo Lula enviou as tropas brasileiras para ocupar o país sob o argumento de prestar ajuda humanitária.

A brutal repressão empregada contra uma manifestação por direitos e a execução da vereadora do Psol não são ações isoladas. O Brasil é considerado um dos países mais perigosos para ativistas e lideranças dos movimentos sociais no mundo. Estes lutadores são tratados como inimigos pelas forças de segurança do Estado.

Nos últimos dias, milhares de pessoas protestaram nas ruas movidas pela dor, indignação e, acima de tudo, determinadas a não permitir que a luta de Marielle seja enterrada.

Tentaram calar sua voz. No entanto, contribuíram para o nascimento de outras milhares de Marielle.

Não podemos recuar! Só é possível combater os ataques da direita com greves e mobilizações gigantescas, a exemplo do que fizeram os professores em São Paulo e os manifestantes em todo o país, logo após o assassinato de Marielle. Precisamos de uma REBELIÃO, onde o povo pobre coloque para correr todos



aqueles que ousam nos atacar, retirar nossos direitos e ceifar nossas vidas!

Dia Nacional de Lutas em 13 de abril

A agudização da luta de classes foi destaque na última reunião da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, a partir da grande reação popular à execução da vereadora Marielle Franco (PSOL RJ) e das inúmeras greves do setor de educação, em particular, a dos municipais de São Paulo, por sua adesão e radicalidade.

A qualidade da reação e o volume das mobilizações que tomaram conta do país contra essa brutal execução, principalmente por Marielle ser mulher, favelada, negra e LGBT, colocam na ordem do dia, para a CSP-Conlutas, a necessidade de uma firme resposta a mais esse ataque aos trabalhadores e aos lutadores sociais no Brasil.

A execução de Marielle também acirra a luta pelo fim da intervenção militar no Rio de Janeiro. A situação de exceção da intervenção, além de aumentar as características bonapartistas do Estado, diante da polarização social atual no Rio de Janeiro, tem servido tão somente para reprimir e intimidar a luta do povo pobre. Neste sentido, a CSP-Conlutas concentra todos os esforços para realizar um Dia Nacional de Lutas em 13 de abril, quando se completa um mês da execução de Marielle.

Intertexto

*Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro*

*Em seguida levaram
alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário*

*Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável
Depois agarraram uns
desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei*

*Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me
importei com ninguém
Ninguém se importa comigo.*

(Bertolt Brecht)

Junte-se a nós nessa luta!

“Façamos nós por nossas mãos, tudo que a nós nos diz respeito!”

FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!

Neste mês, por falta de espaço, as prestações de contas do Sindsef-SP serão disponibilizadas em nosso portal e na sede do sindicato. No próximo jornal, divulgaremos os gastos resumidos, como fazemos desde 2011. Acesse as prestações de contas :www.sindsef-sp.org.br





Congelamento de investimentos públicos Greve dos servidores está na ordem do dia

Representantes do governo Temer se mostram alheios à realidade do funcionalismo em primeira reunião

No dia 02 de março, aconteceu a primeira reunião com o governo federal, para dar início a um processo de negociações da pauta da Campanha Salarial Unificada de 2018, protocolada no dia 19 de fevereiro, Dia Nacional de Lutas, que contou com paralisações, greves e manifestações contrárias à Reforma da Previdência, entre outras bandeiras.

A reunião foi fruto do ato público realizado pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), em frente ao

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), como parte do processo de lutas. Na ocasião, os representantes das entidades apresentaram suas posições críticas à Reforma da Previdência, à Emenda Constitucional (EC) 95/16 do Teto de Gastos, à Lei das Terceirizações, à Reforma Trabalhista e à intervenção militar federal no Rio de Janeiro.

Reunidos com a Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento (SGP/MPDG), os representantes dos fóruns dos servidores reclamaram da falta de abertura de negociação nos últimos dois anos e apresentaram a pauta prioritária do funcionalismo.



Reunião do Fonasefe e Fonacate com o governo

Foto: Fenusps

A PAUTA DA CAMPANHA UNIFICADA 2018

No centro das demandas da Campanha Salarial deste ano está a cobrança pela revogação da EC 95/16. O Fonasefe e o Fonacate pretendem realizar uma grande campanha nacional neste sentido. Na reunião, a Emenda foi usada como justificativa dos representantes do governo para não garantir a negociação do reajuste salarial.

A pauta reivindica a aplicação de um índice de 25,63% de aumento nos salários, projetado pelo Dieese como percentual que representa perdas salariais dos últimos anos, sofridas pelo setor. Como nos anos anteriores, pede-se também o cumprimento de acordos firmados e assinados em 2015 com diversas categorias, a data-base para os servidores em 1º de maio, a política de negociação salarial permanente, com reposição e correção das distorções e o direito irrestrito de greve. Completam os eixos



específicos a extensão do índice da Lei 13.464/17 para todos servidores federais, além da aplicação de valor paritário de 50% da União, para manutenção dos planos de saúde.

A luta contra o desmonte dos órgãos públicos, pela revogação da Reforma Trabalhista e por eleições democráticas em outubro também compõe o eixo de unidade entre os fóruns dos federais.

RESPOSTAS NEGATIVAS DO PLANEJAMENTO

O secretário, Augusto Akira Chiba, respondeu a cada ponto da pauta, a começar pelo reajuste. Ele usou a EC 95/10 para argumentar que “não há dinheiro para aumentar os gastos” e é inviável a extensão do índice da Lei nº 13.464/2017 para as demais categorias (aproximadamente 90% dos servidores). Segundo Akira, a MP 805/17 (que adia o reajuste salarial, aumenta a contribuição social e reduz ajuda de custo e auxílio-moradia dos servidores públicos) foi encaminhada devido aos limites impostos por essa emenda.

De acordo com Saulo Arcangeli, membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, as entidades estão travando uma luta pela retirada da MP 805. “Houve a suspensão pelo ministro Lewandowski [do Supremo Tribunal Federal], mas a medida vai a

pleno no Tribunal, porque o governo não conseguiu evitar o reajuste que estava programado para 2018, apesar de suas tentativas. A MP vem com o aumento da alíquota de 11 para 14%. Então, defendemos a sua retirada”, explicou.

Enquanto os servidores amargam o congelamento salarial, com reajustes abaixo da inflação – parece piada – Akira analisa que, ao longo dos últimos 14 anos, a maioria conquistou reajuste acima da inflação e, inclusive, algumas categorias obtiveram mais de 500% de reposição salarial. Você conhece algum servidor que recebeu isso? Além de não garantir aumento, o governo também não pretende realizar concurso público. O secretário informou que o governo não vai atender nem 20% da demanda das vagas.



dificulta negociação da Campanha Salarial: na perspectiva da construção da Greve Geral

POSSIBILIDADE DE AVANÇO NA NEGOCIAÇÃO

A sinalização para uma possibilidade de avanço na negociação da pauta foi em relação ao plano de saúde e sobre a retirada dos servidores com mandato classista (dirigentes sindicais) da folha de pagamento.

A SGP está analisando o impacto no reajuste dos valores do per capita para 50% por parte do governo no plano. Sobre o mandato classista, vai comunicar aos órgãos para que os servidores sejam incluídos novamente na folha de pagamento.

Akira afirmou que a secretaria está discutindo internamente no governo a publicação de um decreto regulamentando a liberação de ponto destes servidores.

MAIS ATAQUES AO FUNCIONALISMO E PRECARIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

A respeito do PLP 248/08 e do PLS 116/17, que tratam da quebra da estabilidade, Akira disse que estão conversando para que ocorram mudanças nos projetos.

Também foi mencionada na reunião a questão da reestruturação dos cargos no serviço público, alteração nas atribuições e nomenclaturas dos cargos e a portaria de extinção de cargos. Sobre atribuições, o governo quer torná-las mais genéricas para, inclusive, a área-meio atuar na área finalística, sem desvio de função. Isso,

segundo avaliação das entidades sindicais, poderá abrir espaço para a terceirização da área-meio.

Em entrevista ao Sindsef-SP, o representante da CSP-Conlutas, Saulo Arcangeli, lembrou que a quebra da estabilidade já passou na Comissão de Constituição e Justiça no Senado, e que a proposta de reestruturação das carreiras que o governo pretende encaminhar vai no sentido de reduzir direitos dos servidores públicos, criar um teto salarial e aumentar os níveis de progressão. “É toda

uma política que o governo está levando nesse período e que precisamos estar mobilizados e atentos, com a nossa pauta, a pauta dos trabalhadores”, falou.

As entidades solicitaram que fosse feito um calendário de negociação da pauta protocolada, inclusive podendo dividir entre pauta econômica e social. Os representantes do Planejamento se comprometeram em realizar uma nova reunião até o dia 10 de abril de 2018 com o Fonasefe e Fonacate.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA AINDA É FOCO DO GOVERNO E DE MUITOS PRESIDENCIÁVEIS: NÃO VAMOS BAIXAR A GUARDA!

A retirada da Reforma da Previdência da pauta do Congresso Nacional representa uma vitória dos trabalhadores e uma derrota do governo Temer. O anúncio da suspensão da votação ocorreu, inclusive, em meio ao Dia Nacional de Lutas.

Alvo de uma forte mobilização e resistência dos trabalhadores desde dezembro de 2016, quando começou a tramitar no Congresso, a medida não obtinha votos favoráveis suficientes para sua aprovação neste ano eleitoral. A ameaça dos trabalhadores organizados provavelmente pesou: “Se votar, não volta”.

“Foi uma grande vitória a não aprovação da reforma da previdência, uma vitória do movimento diante das várias mobilizações de 2017, como a maior greve geral do país e a maior ocupação em Brasília. Nós ganhamos o debate do governo, da compra de parlamentares, de isenção para vários setores, como o agronegócio, para conseguir aprovar a pro-



posta, e ganhamos também, nas ruas, a opinião da sociedade, que foi contrária à reforma, nos resultados de todas as pesquisas, mesmo com a forte propaganda do governo e da grande imprensa”, disse Saulo.

O argumento para a retirada do ataque à aposentadoria da pauta do Congresso foi o decreto que prevê a intervenção federal na área de segurança no Rio de Janeiro, pois, de acordo com a Constituição Federal, em momentos de intervenção não

pode haver alterações constitucionais.

Apesar disso, mudanças que não dependem de emendas constitucionais podem ocorrer. Alterações, como o cálculo do benefício, podem acontecer, mesmo durante a intervenção federal no Rio.

É preciso manter a mobilização e a unidade contra os ataques à aposentadoria e aos direitos trabalhistas, enfrentar as privatizações e lutar em defesa dos serviços públicos e pela

revogação da Reforma Trabalhista e da EC 95/16. A Campanha Salarial de 2018 segue nesta perspectiva.

“Sabemos que é um ano eleitoral, mas temos que ter a clareza que a prioridade é lutar pela ampliação e manutenção dos nossos direitos. Somente nas ruas, nas mobilizações e na construção da greve geral nós vamos avançar com a nossa pauta e conseguir derrotar esses ataques que estão postos para nós, trabalhadores, tanto do serviço público quanto da iniciativa privada”, finalizou o membro da SEN da CSP-Conlutas.

Na última reunião do Fonasefe e do Fonacate, ocorrida em 19 de março, foi definida a intensificação da campanha salarial e das campanhas pela derrubada do veto ao PLS 3831 (que aborda a negociação coletiva) e pela valorização do serviço público. Os fóruns pretendem realizar uma reunião ampliada no dia seguinte à reunião com o governo federal, prevista para até 10 de abril.



Seminário sobre planos de saúde

O Sindsef-SP promoveu, em 22/03, um seminário sobre a situação dos planos de autogestão, que atendem os servidores federais. Foram convidados para o evento: César Lignelli, representante do Departamento Jurídico do sindicato; José Luiz Toro da Silva, representando a União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas –Autogestão em Saúde); Delma Correa, servidora do Ministério do Trabalho e Meire Cândido, representando o Plano Médico dos Servidores do IPEN (PLAM CNEN/SP). O Sindsef-SP também convidou um representante do Conselho da Geap que, por incompatibilidade de agenda, não pôde comparecer.

Todos os planos de autogestão estão com a saúde financeira comprometida. As operadoras de planos privados apostam no fim da contratação dos planos de autogestão, pois significaria uma possibilidade de milhares, ou até milhões, de novos contratos e

um crescimento exponencial dos lucros.

A diferença entre o índice de reajuste do plano e o aplicado ao salário do servidor anualmente está entre os fatores que levam a evasão do plano. Se o plano tem menos segurados, aqueles que ficam terão mensalidades cada vez mais caras, uma vez que o valor é compartilhado entre os que ficam. Com valores maiores, mais servidores desistem. Esta situação acaba virando um ciclo vicioso.

Outro grave problema é o desequilíbrio existente na contribuição mensal, onde o servidor arca com cerca de 85% do valor, enquanto a União paga a diferença. No caso do plano médico da CNEN, a discrepância é ainda maior, os servidores arcam com 92% da mensalidade. O reajuste da per capita paga pelo governo é fundamental para trazer o mínimo de equilíbrio para este cálculo.

Criar uma legislação específica



Foto: Fábila Corrêa

para regular as empresas de autogestão está entre as iniciativas jurídicas que estão sendo estudadas. Ainda no campo jurídico, também está sendo avaliada a possibilidade de unificar todos os planos de autogestão.

A luta por uma saúde pública de qualidade também esteve presente no debate. O Sistema Único de Saúde será um dos mais afetados com o congelamento dos gastos do governo por 20 anos. Neste longo período é fácil concluir que a procura pelo serviço irá aumentar pela inviabilidade de manter um plano particular.

Entre as reivindicações da Campanha Salarial está a aplicação de um valor mínimo de 50% do valor per capita pago pelo governo – tema que já foi tratado no Planejamento e será pauta da próxima reunião com o conjunto dos federais, prevista para acontecer até o dia 10 de abril.

Cientes do tamanho do problema, foi definida uma comissão de servidores, composta por usuários de diferentes planos de autogestão, para acompanhar a situação e pensar medidas no âmbito jurídico e político visando enfrentar a questão.

MTb

Seminário debate assédio moral, importância da organização de base e condições de trabalho

Servidores do Ministério de Trabalho, de diferentes cidades do estado de São Paulo, realizaram um seminário para tratar de demandas específicas do setor.

A programação contou com um painel sobre assédio moral, informes sobre a situação da Geap e demais planos de autogestão, importância da “organização por local de trabalho” e encerrou com o mapeamento das condições de trabalho e demais questões específicas do setor. No painel sobre assédio moral, Regiane Moura, advogada do Sindsef-SP, lembrou que este problema nos locais de trabalho não é uma novidade, mas que é preciso compreender as razões objetivas que estão por trás do aumento dos casos nas últimas décadas. Apon-tou a política de estado mínimo, o desmonte do serviço público e a retirada de direitos, como fatores usados



Foto: Fábila Corrêa

para consolidar esta prática. Nas intervenções, que aconteceram após sua explanação, os trabalhadores relataram as situações enfrentadas no dia a dia. Foi dedicado um espaço na atividade para passar informes sobre o seminário que tratou das questões dos planos de autogestão. Na parte da tarde, o tema abordado foi “organização por local de trabalho”. Ana Paula Santana, da coordenação

do Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese) reconheceu as dificuldades encontradas para o servidor se organizar nos locais de trabalho, tais como assédio moral, esvaziamento do órgão, com a ausência de reposição do quadro, devido a falta de concursos, medidas administrativas, dentre outras. Mas, também mostrou que é possível ir anhando a consciência dos colegas. Falou da

importância de apresentar respostas aos pequenos conflitos nos locais de trabalho. Argumentou que a partir das demandas específicas, o trabalhador vai ganhando a confiança do colega, até ter espaço para tratar de temas mais gerais.

No último ponto do seminário, os servidores abordaram as questões específicas do cotidiano, como fechamento das agências no interior, retomada da mesa de debate sobre condições de trabalho junto ao Ministério (GPCOT) e entre outros assuntos. São muitos os problemas enfrentados e a necessidade de lutar contra eles exige do sindicato acompanhamento e pressão sistemática, seja através das reuniões periódicas com a superintendência, com a criação das comissões por temas específicos, bem como da luta mais geral, incorporando as bandeiras do setor na campanha salarial.



INCRA

Corte no orçamento dificulta cumprimento das metas

O Incra continua enfrentando problemas com o aparelhamento político e o corte brutal de orçamento, que chega a 90% em algumas ações.

Redução de verbas, retrocessos legais e má gestão por nomeados políticos, sem qualificação técnica, impactam diretamente no cumprimento das metas e colocam em risco a remuneração dos servidores, baseada 60% em gratificações, que variam conforme avalia-

ções anuais.

O foco do atual governo não é desapropriar propriedades improdutivas por interesse social, como determina a constituição, mas regularizar grilagem, titular lotes de assentamentos e fomentar o crédito fundiário.

Tudo numa lógica de reforma agrária de mercado, favorecendo bancos e grileiros, agravando a já precária situação de famílias sem-terra e comunidades quilombolas.

8M

8 DE MARÇO NO BRASIL
DIA INTERNACIONAL DA MULHER



UNIDAS SOMOS MAIS FORTES
A luta cotidiana das mulheres pelos direitos de igualdade foi o tema do debate promovido no Incra/SP para marcar o Dia Internacional de Luta da Mulher Trabalhadora.



A luta cotidiana das mulheres pelos direitos de igualdade foi o tema do debate promovido no Incra/SP para marcar o Dia Internacional de Luta da Mulher Trabalhadora.

Ana Lúcia Gori, diretora do Sindsef-SP, falou sobre a solidão da mulher

negra; Maria D'Águia Carneiro contou sobre o projeto de acolhida das mulheres vítimas de violência doméstica. A jornalista Lizandra Almeida falou sobre feminismo e sororidade. A atividade foi organizada pela Assinra, com o apoio do Sindsef-SP.

IPEN

Luta pela reestruturação da CNEN, em defesa do Plano Médico e de direitos



No dia 28/03, foi realizada uma vigília no IPEN, quando representantes dos servidores se reuniram com o presidente da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) para tratar as demandas do setor e sensibilizar a diretoria da autarquia para a situação crítica enfrentada pelos servidores, com destaque para a questão do plano médico e a solução do conflito em torno da ON-04 que,

se for implementada, pode significar, para uma parcela dos trabalhadores, uma redução de até 20% nos salários.

Atualmente os servidores do IPEN arcam com 92% do valor da mensalidade do plano médico e o governo com apenas 8%. Representantes dos servidores têm participado de diversos fóruns de debates sobre este tema, buscando soluções, tais como

do seminário realizado em Brasília, com as entidades do Fórum Nacional dos Servidores Federais, do seminário promovido pelo Sindsef-SP, com representantes dos planos de saúde e da reunião entre as operadoras dos planos de autogestão.

Para corrigir esta disparidade, é imprescindível que a contribuição da União volte a ser no mínimo de 50% per capita.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Vivos e ativos na Luta!

Em 24/01, ocorreu o ato para marcar o Dia dos Aposentados. A atividade, organizada conjuntamente entre o Sindsef-SP, Sintrajud e Sinsprev, contou com a adesão de pensionistas e de servidores da ativa. Além das reivindicações em defesa da paridade, a luta pela anulação da reforma da previdência de 2003 e a incorporação das gratificações para todos, os ativistas também denunciaram os prejuízos, e as negociatas, existentes na proposta de Reforma da Previdência de Temer.

Nos dias 30 e 31 de janeiro, o Sindsef-SP realizou o X Encontro dos aposentados e pensionistas. Os presentes aprovaram um manifesto repudiando a PEC 287, que trata da Reforma da Previdência e chamando os servidores da ativa para retomar a luta em defesa do direito à aposentadoria.

As centrais sindicais convocaram o dia 19/02, como um Dia de Luta contra a apro-



vação da Reforma da Previdência. Mais uma vez, aposentados, pensionista e servidores da ativa estiveram lado a lado na luta. Em comum, nas diferentes mobilizações, a pauta em defesa das aposentadorias.

Os aposentados e pensionistas demonstraram disposição e compromisso com a luta e que seguem com força total o lema: Vivos e Ativos na Luta.

EX-LBA

Sindsef-SP busca apoio parlamentar para as reivindicações dos servidores do setor

No dia 24 de março, a Dra. Eliana Ferreira, representante do Departamento Jurídicos do Sindsef-SP e D. Cida Ventura, delegada sindical de base e servidora aposentada, participaram de uma audiência com o deputado Arnaldo Faria de Sá, com o objetivo de buscar apoio para a pauta dos servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência (Ex-LBA), que lutam há mais de uma década para receber os valores relativos ao expurgo dos Planos econômicos - Verão e Collor I - nas contas do FGTS. O deputado se comprometeu a verificar o andamento deste processo.

Outra demanda tratada foi sobre a PEC 555/06, que prevê o fim da cobrança da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas. O parlamentar, que é relator desta PEC, informou que o projeto se encontra "parado".

A diretoria do Sindsef-SP informa que segue em luta pelas justas reivindicações da categoria.



2º Encontro Nacional

CONSTRUINDO UM CAMINHO DE RESISTÊNCIA E LUTA DAS MULHERES TRABALHADORAS CONTRA A OPRRESSÃO E A EXPLORAÇÃO!



Em abril, o Movimento Mulheres em Luta completa 10 anos de existência e realiza, nos dias 21 e 22, o seu 2º Encontro Nacional. O objetivo do evento é avançar na organização independente das mulheres trabalhadoras, para combater o machismo e a exploração capitalista.

Nesta primeira década, o MML apontou as contradições existentes no governo da primeira mulher eleita presidente do Brasil. A falta de investimento nos serviços públicos essen-

ciais, como saúde, educação e transporte, aliado ao número insuficiente de creches públicas, certamente continua sendo um dos problemas mais sentidos pelas mães trabalhadoras.

O MML desenvolveu várias campanhas importantes, dentre elas, contra o assédio no transporte público e contra o turismo sexual, em especial, durante a Copa do Mundo. Neste período, ocorreu um crescimento alarmante dos casos de violência contra as mulheres.

O Brasil é o 5º país que mais mata mulheres entre os 84 países que compõem o ranking da Organização Mundial da Saúde. São três assassinatos para cada grupo de 100 mil, de acordo com o Mapa da Violência de 2015. Mas as mulheres mostram toda sua garra e firmeza e não titubeiam em ir à luta para defender suas vidas, seus empregos, seus direitos. São protagonistas no enfrentamento aos ataques e reformas do governo Temer, assim como os projetos da bancada conser-

vadora do congresso, que atacam direitos democráticos, como os que aumentam a criminalização do aborto.

Em 10 anos muito foi feito, mas a realidade se mostra cada vez mais exigente. É preciso avançar ainda mais.

O 2º Encontro Nacional do MML, ocorrerá na quadra do Sindicato dos Metroviários de São Paulo (Rua Serra do Japi, 31 – Tatuapé). O Sindsef-SP enviará uma delegação para participar das atividades.

2018M | Manifestações das mulheres se espalham pelo mundo

O Dia Internacional de Luta da Mulher Trabalhadora, deste ano, entrou para a História, principalmente pelas mobilizações que ocorreram na Europa, como a inédita greve geral de mulheres por 24 horas na Espanha, mas também pela ampliação de mobilizações em todo o mundo. Cerca de 170 países realizaram manifestações no 08 de Março. Em São Paulo, trabalhadoras e trabalhadores, do campo e da cidade, se unificaram com as professoras e professores que iniciavam naquele momento a vitoriosa luta contra o SampaPrev e realizaram uma grande passeata pelas ruas do Centro, denunciando a violência machista e a exploração. O Sindsef-SP fortaleceu a coluna da CSP-Conlutas e do MML, onde também participavam ativistas do Movimento Luta Popular, do Movimento Quilombo Raça e Classe, do Sindicato dos Metroviários, entre outros.



Foto: Diego Cruz

21 DE MARÇO

Dia Internacional de Luta contra o Racismo



Massacre de Shaperville



Genocídio do povo negro hoje

Em 21 de março, celebra-se o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial. A data tornou-se um símbolo de protesto contra um ato de violência racista ocorrido neste dia, no ano de 1960, na África do Sul, conhecido como “Massacre de Shaperville”, quando estudantes protestavam contra o regime do Apartheid.

Durante a manifestação o exército atirou sobre a multidão, matando 69 pessoas, e ferindo outras 186. No Brasil, a população negra é a que mais morre por assassinatos. Segundo o Atlas da Violência de 2017, 78,9% dos negros têm mais chances de serem vítimas de homicídios.

Segundo levantamento feito pela CPI do Senado sobre o Assassinato de Jovens, divulgado em 2016, cerca de 23 mil jovens negros, de 15 a 29 anos, são assassinados por ano no Brasil. São 63 por dia. Um a cada 23 minutos. Estudos apontam que um número significativo dessas mortes são cometidas pelo aparato da polícia militar. No estado de São Paulo, as mortes de jovens negros em decorrência de ações policiais são três vezes mais numerosas do que as registradas para a população branca.

O Sindsef-SP repudia veementemente os assassinatos e crimes de ódio e segue firme na luta contra todo tipo de opressão e exploração.